



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO**

**VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL E ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARANAÍBA – CODEVASF, SITUADA EM BOM JESUS DA LAPA - BAHIA E ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO.

Maio/2026



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	4
4. LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS	4
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	5
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	14
7. CONSÓRCIO	14
8. SUBCONTRATAÇÃO	14
9. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	14
10. VISITA AO LOCAL DE ENTREGA	14
11. PROPOSTAS	14
12. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	15
13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	15
14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	16
15. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16
16. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTO E VIGÊNCIA DO CONTRATO	16
17. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	17
18. DO REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO	19
19. MULTAS	19
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	21
21. FISCALIZAÇÃO	21
22. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	22
23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	23
24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	23
25. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	24
26. MATRIZ DE RISCOS	25
27. CONDIÇÕES GERAIS	25
28. ANEXOS	25



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviço de seguro total e assistência 24 (vinte e quatro) horas para a frota de veículos de propriedade da 2ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, situada em Bom Jesus da Lapa - Bahia e escritórios de representação, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Seguro automotivo	30127	Unid.	01

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos/serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a licitação e subsidiar a elaboração do edital e fornecer informações ao licitante.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual está afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços, objetos deste Termo de Referência.

2.ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Bom Jesus da Lapa-BA, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CATSER - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

- 3.1. **Forma de Realização:** Pregão Eletrônico – Tradicional
- 3.2. **Valor estimado:** Público
- 3.3. **Critério de Julgamento:** Menor Preço
- 3.4. **Forma de Fornecimento:** Total
- 3.5. **Modo de Disputa:** Aberto, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de R\$ 634,00 (seiscentos e trinta e quatro reais).

4. LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.

- 4.1. Os veículos de propriedade da 2.ª SR da CODEVASF encontram-se nas seguintes unidades:
 - a) 2ª – Superintendência Regional – Sede - Av. Manoel Novaes, s/n, Centro, Bom Jesus da Lapa- Ba, 47600-000;
 - b) 2ª-EGU - Escritório de Apoio de Guanambi-Ba – Avenida Deolinda Martins, nº 166, Santo Antônio, Guanambi-BA, 46430-000;
 - c) 2ª – EIR – Escritório de Apoio de Irecê-Ba – Avenida São Francisco, nº 04, Centro, Irecê-Ba, 44900-000;
 - d) 2ª – UBA – Escritório de Apoio de Barreiras-Ba – Rua Professor José Seabra, nº 420, Centro, Barreiras-BA, 47808-021;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

- e) 2ª – UVC - Escritório de Apoio de Vitória da Conquista-Ba – Rua Siqueira Campos, 1922, Candeias, Vitória da Conquista - Ba, 45028-548; e
- f) 2ª – CIX - Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura – Distrito de Nova Iguaçu, Xique-xique-BA, 47000-400.

- 4.2. A prestação dos serviços poderá englobar locais, quantitativos e veículos não relacionados neste Termo de Referência, buscando atender a futuras necessidades de inclusão/exclusão de veículos que fazem ou vierem a fazer parte da frota CODEVASF, no decorrer da vigência do contrato.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

5.1. Da especificação dos serviços:

5.1.1. Da Apólice:

- 5.1.1.1. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

- 5.1.1.2. Deverá ser emitida uma apólice para todos os veículos constantes na anexa, devendo constar na apólice referida, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%, conforme tabela FIPE;
- d) Prêmios discriminados por cobertura;
- e) Limites de indenização por cobertura, como responsabilidade civil facultativa (RCF), Acidente por Passageiro (APP), Franquia Aplicável e demais identificações necessárias;
- f) Prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros: o qual não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

- 5.1.1.3. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.

- 5.1.1.4. Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

- 5.1.1.5. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado no item 5.1.1.3 não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

- 5.1.1.6. Os veículos que já estiverem segurados e cobertos por apólice no momento desta licitação deverão ser incluídos na apólice decorrente deste certame licitatório a partir da

data do término da cobertura existente. Devendo ser emitidas apólices com valores monetários proporcionais até o término do primeiro ano do contrato, conforme relação de todos os veículos constantes do ANEXO II deste Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

5.1.2. Da Avaria:

- 5.1.2.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação, sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.
- 5.1.2.2. Após procedimento de recuperação, pela CONTRATANTE durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.
- 5.1.2.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.
- 5.1.2.4. Não se exigirá que o licitante realize vistoria da frota. Entretanto, futura manifestação quanto às dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- 5.1.2.5. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.
- 5.1.2.6. Caso a seguradora deseje realizar a vistoria, esta deverá ser agendada a data e horário com o setor responsável (GRA/USA), pelos telefones (77) 3481-8065, (77) 3481-8066 e (77) 3481-8067, informando o dia e hora que deseja fazer a vistoria.

5.1.3. Do Aviso de Sinistros:

- 5.1.3.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 5.1.3.1. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 5.1.3.2. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- 5.1.3.3. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

5.1.4. Do endosso:

- 5.1.4.1. Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela CODEVASF e processada pela seguradora, mediante endosso, inclusive no caso de aquisição de novos veículos por parte da CONTRATANTE, aplicando-se as regras constantes dos subitens 5.1.12 e 5.1.13 deste Termo de Referência.
- 5.1.4.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto dessa contratação, durante o período de sua vigência.
- 5.1.4.3. A emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

placa de veículos, classe de bônus, entre outros, será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela CODEVASF.

5.1.4.4. Os endossos, devidamente autorizados pela autoridade competente, comprovarão as alterações

5.1.4.5. contratuais durante o período anual de execução, que deverão ser consolidadas a fim de emissão do Termo Aditivo no momento da renovação/prorrogação anual do contrato.

5.1.5. Da franquia:

5.1.5.1. A franquia considerada é a obrigatória, observado, o seguinte:

- I. A franquia do seguro será reduzida.
- II. Não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- III. Os valores das franquias (para-brisas, retrovisores, faróis e lanternas) deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice.
- IV. Os valores das franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 500,00 (quinhentos e cinquenta reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 5.1.5.1 destas especificações.
- V. A franquia de que trata o item anterior será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.
- VI. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.
- VII. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CODEVASF, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso esta não esteja com sua documentação regular para contratação com a CODEVASF, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- VIII. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CODEVASF, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- IX. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

5.1.6. Dos Salvados:

5.1.6.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

5.1.6.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

5.1.7. Dos Sinistros:

5.1.7.1. Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- I. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
- II. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento;
- III. Raios e suas consequências;
- IV. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- V. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;
- VI. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- VII. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo. Nesses casos, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
- VIII. Granizo;
- IX. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- X. Quebra de para-brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos itens IV e V do subitem 5.1.5.1 destas especificações;
- XI. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais);
- XII. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- XIII. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
 - a) Chaveiro;
 - b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE;
 - c) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; e Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

5.1.7.2. A vistoria do sinistro será inspecionada pela seguradora através de peritos habilitados, em caso de sinistro, para verificar os danos ou prejuízos sofridos.

5.1.7.3. A vistoria prévia é facultativa antes da aceitação do risco para verificação das características e estado de conservação dos veículos.

5.1.8. Da Regulação de Sinistro:

5.1.8.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

5.1.8.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a CODEVASF poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

- 5.1.8.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CODEVASF.
- 5.1.8.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 5.1.8.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CODEVASF, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- 5.1.8.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.
- 5.1.8.7. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.
- 5.1.8.8. Fica ajustado e entendido que se o sinistro ocorrer dentro do prazo de convocação para assinatura do contrato, sem que ela se ache efetuada, o direito à indenização não será prejudicado, se o prêmio respectivo for pago no prazo estipulado nesse Termo de Referência.

5.1.9. Da Indenização:

- 5.1.9.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.
- 5.1.9.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.1.9.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

5.1.10. Da Indenização Integral:

- 5.1.10.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.
- 5.1.10.2. Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 5.1.10.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

5.1.11. Do Questionário de Avaliação de Risco:

- 5.1.11.1. Os veículos são conduzidos por empregados ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias - Norma de Transporte Terrestre (N-214).



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

5.1.11.2. Na CODEVASF os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

5.1.11.3. Características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

5.1.11.4. Diante das informações fornecidas nos subitens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

5.1.12. Da Inclusão e Substituição:

5.1.12.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

5.1.12.2. A CODEVASF poderá solicitar inclusão, durante a vigência da apólice, por meio de endosso de inclusão, sem necessidade de emissão de termo aditivos.

5.1.12.3. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

5.1.12.4. A devolução deverá ser realizada mediante impressão de Carta de Crédito, devendo a empresa enviá-la à CODEVASF para a devida aprovação dos valores e indicação da melhor forma de sua devolução, que poderá ser o abatimento do valor do prêmio das apólices.

5.1.12.5. Caberá à CODEVASF, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

5.1.13. Da Exclusão:

5.1.13.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:
 X = Valor anual do prêmio por
veículo; 12 = Número de meses;
 Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da
apólice; VT = Valor total a ser devolvido à
Administração Pública.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

- 5.1.13.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela CODEVASF à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.
- 5.1.13.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.
- 5.1.13.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão Carta de Crédito e/ou GRU para o respectivo pagamento do valor, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à CODEVASF. Os valores das Cartas de Créditos poderão ser abatidos no momento do pagamento do prêmio das apólices.
- 5.1.13.5. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades, referentes ao objeto dessa contratação, durante o período de sua vigência.
- 5.1.13.6. A emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, será de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela CODEVASF.
- 5.1.13.7. Os endossos, devidamente autorizados pela autoridade competente, comprovarão as alterações contratuais durante o período anual de execução, que deverão ser consolidadas a fim de emissão do Termo Aditivo no momento da renovação/prorrogação anual do contrato.

5.1.14. Das Indenizações e Prestações de Serviços

- 5.1.14.1. O seguro, com ASSISTÊNCIA 24 HORAS deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e ao transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do automóvel e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:
- I. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros e espelhos retrovisores;
 - II. Danos causados ao veículo durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
 - III. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotagem e abalroamento, ainda que com veículos da própria CODEVASF;
 - IV. Raio e suas consequências;
 - V. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
Queda em precipício ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
 - VI. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
 - VII. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
 - VIII. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
 - X. Granizo;
 - XI. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos materiais e pessoais);



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

- XII. Acidente Pessoal (APP – Morte ou Invalidez);
 - XIII. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
 - XIV. Quebra de para-brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos itens IV e V do subitem 5.1.5.1 destas especificações;
 - XIV. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços:
 - a. Chaveiro;
 - b. Assistência com socorro mecânico;
 - c. Guincho dentro e fora das cidades de Bom Jesus da Lapa-Ba, Barreiras-Ba, Guanambi-Ba, Irecê-Ba, Vitória da Conquista-Ba e Xique-Xique-Ba, com quilometragem ilimitada;
 - d. Transporte de passageiros e do condutor a serviço da segurada por imobilização do veículo segurado;
 - e. Transporte de passageiros e do condutor a serviço da segurada por roubo ou furto do veículo.
 - XV. CASCO: Valor para cobertura de, no mínimo, 100% (cem por cento) da tabela FIPE;
 - XVI. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.
 - XVII. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela CODEVASF, independentemente da quilometragem rodada no período.
 - a) Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.
 - XVIII. DANOS MATERIAIS: R\$ 100.000 (cem mil reais) por veículo, e R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) por moto.
 - XIX. DANOS CORPORAIS: R\$ 100.000 (cem mil reais) por veículo, e R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) por moto.
 - XX. CAPITAL SEGURADO POR PASSAGEIRO EM CASO DE MORTE: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
 - XXI. CAPITAL SEGURADO POR PASSAGEIRO EM CASO DE INVALIDEZ: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 5.1.14.2. Em caso de sinistro ou acidente, a CONTRATADA disponibilizará veículo reserva durante todo o período em que o veículo segurado se encontrar em oficina credenciada para os reparos. O veículo reserva deverá ser de modelo compatível com o veículo segurado.
- 5.1.14.3. O carro reserva só será exigido nos casos em que o sinistro atingir o valor da franquia.
- 5.1.14.4. O período de eventual disponibilização do carro reserva não deverá ser inferior a 30 (trinta) dias.
- 5.1.14.5. Para os veículos do tipo caminhão, furgão, motocicleta e van/micro-ônibus, a CODEVASF



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

poderá dispensar o veículo reserva desde que a CONTRATADA demonstre sua indisponibilidade de reposição no mercado.

5.1.14.6. A CONTRATADA deverá manter um disque 0800 para comunicação com a CONTRATANTE.

5.1.14.7. A CONTRATADA poderá utilizar-se de sistema de rastreamento e outras tecnologias eletrônicas e/ou de satélite, a serem instalados nos veículos, a fim de garantir a segurança dos mesmos e a sua rápida localização, sem ônus para a contratante.

5.1.15. Da cobertura

5.1.15.1. O seguro deverá ter garantia, no mínimo, para as seguintes coberturas:

- a) Colisão (avaria);
- b) Capotagem;
- c) Granizo;
- d) Submersão Total ou Parcial; Incêndio;
- e) Roubo;
- f) Furto;
- g) Responsabilidade Civil Facultativa – RCF;
- h) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP; Assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica e chaveiro),
- i) Utilização de Táxi Pago pela Seguradora; e
- j) Cobertura de Vidros e Retrovisores.

5.1.15.2. Os valores a serem segurados deverão obedecer aos correspondentes à relação a seguir discriminada:

Valor Segurado de cada veículo	Danos Materiais a Terceiros (máximo)	Danos Pessoais a Terceiros (máximo)	Acidentes Pessoais aos Passageiros (em caso de morte ou invalidez)
Valor de Mercado (constante na tabela FIPE)	R\$100.000,00 (veículos) R\$ 50.000,0 (moto)	R\$ 100.000,00 (veículos) e R\$ 50.000,00 (moto)	R\$ 25.000,00

5.2. Os serviços a serem contratados serão prestados por empresa especializada em seguros automotivos, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, e obedecerá, integralmente, aos seguintes normativos:

- a) Lei Complementar n.º 123/2006;
- b) Lei nº 14.133/2021;
- c) Lei 13.303/2016;
- d) Decreto 8.538/2015;
- e) RILC/2024 – art. 35, inciso II.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.2. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo pertinente e compatíveis com o objeto desta licitação, isoladamente, que atendam às exigências deste TR e seus anexos.

7. CONSÓRCIO



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

7.2. Não será permitida a participação de consórcio.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.2. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos, objeto deste Termo de Referência.

9. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (conforme o caso), poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 06 outubro de 2015.

10. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

10.2. O atestado de visita aos locais dos serviços **não será obrigatório**. Porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

10.3. Os custos de visita ao local onde serão entregues os serviços correrão por exclusiva conta do licitante.

10.4. Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues os serviços, objeto deste Termo de Referência, ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a 2.ª Gerência Regional de Administração e Tecnologia, em Bom Jesus da Lapa-BA, nos telefones: (77) 3481 8061, (77) 3481 8065 e (77) 3481 8067, ou pelo e-mail: 2a.gra@codevasf.gov.br.

10.5. A visita ao local onde serão executados os serviços deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

11. PROPOSTA

11.2. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fornecedor do serviço ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;

b1) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.

- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os serviços, devidamente preenchida, com clareza, conforme modelo constante do edital.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

- 11.3. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos, objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.
- 11.4. Para efeito do disposto no subitem acima, o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos serviços, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A licitante será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.
- 11.5. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o MENOR PREÇO UNITÁRIO GLOBAL avaliado, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

12. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 12.2. Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 13.2. Será exigido, para verificação da capacidade técnica:
- a) Comprovação de autorização para operar no ramo de seguro de automóvel, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
 - b) atestado(s) em nome da licitante, exclusivamente como contratada, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os serviços de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução dos serviços, similares ao objeto desta licitação.
 - c) É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.
 - d) Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
 - e) Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Codevasf manter contato com a sociedade atestante.
- 13.3. Ressalta-se que as exigências ora propostas não impõem ônus excessivo aos licitantes, uma vez que se restringem aos elementos estritamente necessários para garantir a segurança jurídica e técnica do contrato. A Administração considerou a realidade do mercado nacional, verificando que os critérios estabelecidos são amplamente atendidos por empresas do setor, assegurando a ampla competitividade do certame.

14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 14.2. As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, capital social mínimo de até 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf.

15. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.2. A Codevasf se propõe a pagar pelos serviços, objeto desta licitação, o valor máximo



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

global de **R\$ 126.837,41 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos)**, a preços de abril/2026, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo III deste Termo de Referência.

- 15.3. para custear as despesas da presente demanda, serão utilizados recursos do PTRES 172108 – Programa de Trabalho 04.122.2111.2000.0001 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, Categoria Econômica 3, sob a gestão das Áreas de Gestão Administrativa e Suporte Logístico da CODEVASF na SEDE e Superintendências Regionais.

16. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 16.2. O prazo para execução do objeto deste TR será contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 16.3. A duração do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogáveis (mediante manifestação expressa das partes) por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de celebração, conforme estabelecido no art. 71 da Lei 13.303/2016, tendo eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, e será avaliado anualmente de maneira a evidenciar se os preços e as condições ainda permanecem vantajosos para a CODEVASF, podendo ser rescindido por razões de interesse público caso a vantagem não seja comprovada, e prorrogado na forma dos §§ 2º e 3º do art. 153 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF, nos seguintes casos:
- a) Houver interesse da CODEVASF;
 - b) Forem comprovadas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência;
 - c) For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a CODEVASF;
 - d) Estiver justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo administrativo correspondente;
 - e) Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.
- 16.4. Os pedidos de prorrogação de vigência do contrato pela CONTRATADA serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que
- 16.5. emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.
- 16.6. A apólice terá sua vigência a partir de (0) zero hora do dia da data da assinatura do contrato.
- 16.7. Os veículos que já possuírem contrato e cobertura em vigência no momento da assinatura desta contratação deverão mantê-las vigentes, sendo que somente após o término dessas, serão emitidas novas apólices.
- 16.8. Após a homologação do resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato homologado, e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assiná-lo, contados a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, Edital e Legislação.
- 16.9. O prazo para retirada do instrumento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

ocorra motivo justificado e aceito pela CODEVASF.

- 16.10. Quando a licitante convocada não assinar o instrumento no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocada outra licitante para sua assinatura, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

17. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do serviço contra a apresentação da apólice e informações bancárias, em parcela única. Os documentos serão devidamente atestados pela Fiscalização da CODEVASF, conforme a legislação vigente.
- 17.2. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.
- 17.3. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.
- 17.4. Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 17.3 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.
- 17.5. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 17.6. A fatura só será liberada para pagamento depois de aprovada pela área gestora, e deverá estar isenta de erros ou omissões, sem o que, será, de forma imediata, devolvida ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 17.7. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.
- 17.8. O pagamento será efetuado após conferência e atesto do Fiscal do Contrato fiscal sendo então encaminhada para pagamento. A CONTRATADA deverá estar em situação regular no SICAF.
- 17.9. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra "b", da Constituição Federal/88.
- 17.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF Nº 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

ou serviço prestado.

- 17.11. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto.
- 17.12. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 17.13. No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.
- 17.14. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 17.15. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 17.16. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 17.17. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 17.18. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.
- 17.19. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 17.3, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetário, assim apurado:

$I = (1 + im_1/100)^{dx1/30} \times (1 + im_2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1 + im_n/100)^{dxn/30} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no
mês “m”; d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- 17.20. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

- 17.21. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

18. DO REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

- 18.1. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada nos termos como dispõe o artigo 81, da Lei nº 13.303/2016.
- 18.2. O valor proposto e contratado, se necessário, será reajustado anualmente, contados da data de apresentação da proposta, mediante requerimento escrito da proponente em até 60 (sessenta) dias da data base, conforme a variação do IPCA.
- 18.3. No caso de a contratada deixar de requerer o reajuste no período indicado, restará presumida pela Administração a aceitação dos preços não reajustados.
- 18.4. A contratada, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus existentes nos veículos das atuais apólices, elevando, em mais 1 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices.
- 18.5. A empresa poderá diminuir a bonificação em menos 1 (um), de acordo com informações de ocorrência de sinistros, constantes na relação da frota da CODEVASF, anexo II.
- 18.6. Não havendo sinistro na apólice indicada, a contratada deverá aplicar a seguinte bonificação mínima para todos os itens da respectiva apólice:
- a) No primeiro ano bônus zero;
 - b) No segundo ano (bônus 1): correspondente a 2,0% a.a;
 - c) Após o segundo ano, bônus correspondente a 1,0% a.a

19. MULTAS

- 19.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).
- 19.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato conforme a Tabela 1;
 - b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
 - c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectiva penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

- 19.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 19.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.
- a) Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:
 - b) A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – 2.ª GRG/UFN, o valor total da multa, no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 19.5. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da 2.ª Superintendência Regional, que procederá ao seu exame.
- 19.6. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Superior da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.
- 19.7. Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 19.8. Caso a Autoridade Superior não dê provimento ao recurso, não caberá novo recurso administrativo.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

20. GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1. Não será exigida Garantia de Execução.

21. FISCALIZAÇÃO

- 21.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 21.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 21.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 21.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área responsável pela execução do contrato.
- 21.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 21.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 21.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 21.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 21.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

22. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

- 22.1. Com apresentação da apólice definitiva aprovada pela fiscalização do contrato da 2ª Superintendência Regional a Codevasf.
- 22.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:
- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
 - b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 22.3. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
- 22.4. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 22.5. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
 - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF).
- 22.6. Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.
- 22.7. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.
- 22.8. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
- 22.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 23.1. Não aplicável diretamente, por se tratar de serviço administrativo/financeiro sem impacto ambiental significativo.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 24.1. A contratada deve garantir que a prestação dos serviços ocorra conforme os padrões de qualidade e o planejamento técnico apresentado.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

24.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/22, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

24.3. Além das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, deve:

- a) Comunicar de forma documentada e assinada, qualquer alteração contratual, a qual dependerá da concordância da CONTRATANTE.
- b) Comunicar de forma documentada e assinada qualquer fato superveniente na prestação do serviço contratado.
- c) Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista.
- d) Acatar as orientações do Gestor/Fiscal do contrato ou de seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- e) Prestar esclarecimento à CODEVASF sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.
- f) Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.
- g) Refazer os serviços que, a juízo da Fiscalização, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.
- h) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- i) Executar os serviços contratados e solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego adequado.
- j) Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações desse Termo de Referência e melhores práticas aplicadas, além da rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, desde que aprovado pela CONTRATANTE.
- k) Atender com prioridade as solicitações da CONTRATANTE, garantindo a execução dos serviços com qualidade, presteza e agilidade.
- l) Não aplicar materiais/serviços não especificados sem prévia autorização do fiscal do contrato.
- m) Responsabilizar-se por serviços executados pelas oficinas por ela credenciadas.
- n) Facilitar à CODEVASF a fiscalização dos serviços prestados.
- o) Responsabilizar-se única, integral e diretamente pelos serviços contratados e obrigações assumidas, nos termos deste instrumento e da legislação vigente, inclusive a liquidação de sinistros e pagamentos de indenizações, mesmo que o seguro tenha sido distribuído por meio de resseguro/cosseguro.
- p) Cumprir e fazer cumprir os dispostos nos normativos da SUSEP e Legislação Nacional.
- q) Fornecer manual ou documento equivalente, em português, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os bens objeto deste Termo de Referência.
- r) Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as taxas e impostos relativos a essa contratação.

25. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

25.1. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto e exigir da CONTRATADA o cumprimento



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

integral do Contrato.

- 25.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 25.3. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 25.4. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 25.5. Avisar à seguradora sobre a ocorrência de sinistro.
- 25.6. Aguardar a autorização da seguradora para o início da reparação de quaisquer danos, exceto nos casos previstos nesse Termo de Referência.
- 25.7. Dar conhecimento imediato à seguradora sobre a ocorrência de fato do qual possa advir responsabilidade civil.
- 25.8. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.
- 25.9. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

26. MATRIZ DE RISCOS

- 26.1. A matriz de riscos está apresentada no anexo IV deste Termo de Referência, com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 26.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.
- 26.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 26.4. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 26.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 26.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 26.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

- 26.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- 26.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 26.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

27. CONDIÇÕES GERAIS

- 27.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independentemente de transcrições.

28. ANEXOS

- 28.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

Anexo I - Justificativas

Anexo II - Planilha auxiliar de veículos da frota

Anexo III - Planilha de quantidades e preços orçados

Anexo IV - Matriz de Riscos



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço a ser adquirido, previstas no Termo de Referência, e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da Superintendente Regional, conforme consta do processo 59520.000470/2026-94-e.

JUSTIFICATIVAS

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A frota de veículos da 2.ª SR constitui instrumento indispensável à execução das atividades operacionais e administrativas da Codevasf, viabilizando fiscalizações, visitas técnicas, acompanhamento de obras, apoio a projetos de desenvolvimento regional e demais ações institucionais. Nesse contexto, a contratação de seguro insere-se no planejamento permanente de gestão, manutenção e proteção dos ativos públicos, assegurando suporte adequado à consecução das finalidades institucionais.

A medida justifica-se pela necessidade de resguardar o patrimônio público da companhia bem como garantir a continuidade dos serviços desempenhados por seus empregados e colaboradores. A contratação proporcionará benefícios diretos relevantes, tais como a proteção contra riscos de colisão, incêndio, roubo, furto e danos a terceiros, além de assegurar assistência 24 horas e maior previsibilidade orçamentária diante de eventuais sinistros, reduzindo impactos financeiros e operacionais decorrentes de ocorrências imprevistas.

Como benefícios indiretos, destacam-se o reforço à segurança dos servidores e colaboradores que utilizam os veículos oficiais, a mitigação de riscos administrativos e jurídicos, o aprimoramento da gestão patrimonial e a preservação da imagem institucional. Ressalte-se, ainda, que se trata de serviço de natureza continuada, uma vez que a cobertura securitária deve ser mantida de forma ininterrupta, assegurando proteção permanente à frota e prevenindo a exposição do patrimônio público a riscos financeiros significativos.

Ressalte-se, ainda, que se trata de serviço de natureza continuada, pois a cobertura securitária deve ser mantida de forma ininterrupta, garantindo proteção permanente à frota e prevenindo a exposição do patrimônio público a riscos financeiros significativos. Eventual descontinuidade comprometeria a disponibilidade dos veículos e, por conseguinte, a regular execução das atribuições da Superintendência.

Importante salientar que a **apólice vigente expira em 27 de julho de 2026**, evidenciando, portanto, a necessidade de nova contratação tempestiva, a fim de evitar a descontinuidade da cobertura, o comprometimento da disponibilidade dos veículos e, por conseguinte, prejuízos à regular execução das atribuições da Superintendência e, visa atender, ainda, ao compromisso firmado pela CODEVASF no Acordo Coletivo de Trabalho com seus empregados.

2. DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE:

A presente contratação fundamenta-se nas conclusões do Estudo Técnico Preliminar, que identificou a necessidade de nova contratação de seguradora que forneça cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), assistência 24 horas e cobertura para danos materiais e corporais a terceiros.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

Após o levantamento das necessidades da companhia, a prospecção de mercado e a análise comparativa de soluções, o ETP demonstrou que a solução ora especificada é a que melhor atende aos requisitos de eficiência, economia e sustentabilidade da Administração.

Por fim, a escolha recai sobre o objeto licitado visando à continuidade das atividades administrativas da 2.ª SR da Codevasf e escritórios de apoio, assegurando a recomposição imediata dos ativos em caso de sinistro, garantindo assim o melhor custo-benefício, em observância ao princípio da eficácia e da seleção da proposta mais vantajosa.

3. DO PROCEDIMENTO DE PESQUISA DE PREÇOS REALIZADOS E DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A SELEÇÃO DOS ORÇAMENTOS FORMADORES DO VALOR ESTIMADO:

A estimativa de preços foi realizada em conformidade com a Seção V (Da Pesquisa de Preços) constante do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, aprovado em 26 de fevereiro de 2024, bem com a Norma de Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços (N-440), aprovadas pela Resolução DEX 791/2025, onde se buscou a definição do preço de referência nas seguintes fontes, empregadas de forma combinadas ou não:

- a) Painel de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, de aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano, anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- b) Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano, anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- c) Dados de pesquisa de fornecedores especializados, atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso.

No entanto, as tentativas de obtenção de mais de 01 (um) orçamento junto a corretores e seguradoras restaram frustradas, haja vista a ausência de interesse do mercado, no momento, em atender à demanda proposta para os trâmites processuais necessários à realização do procedimento licitatório.

4. DA ADOÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, **de forma preferencial**, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, modalidade esta definida para esta licitação, considerando que se trata de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

A escolha busca ampliar a competição, permitindo assim a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro. Ressalta-se que a técnica envolvida na execução dos serviços, objeto desta licitação, é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como serviços comuns.

Por fim, o essencial para a eficácia da licitação é que o escopo dos serviços seja bem definido e especificado, de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo dos serviços que serão contratados.

JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO VALOR ESTIMADO PÚBLICO:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Desse modo, a área entendeu que o orçamento de referência não deve ser sigiloso, uma vez que o conteúdo não compromete a vantagem competitiva da Codevasf, o sigilo das propostas e nem afeta a competitividade ou o resultado do certame.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

6. DOS REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Poderão participar empresas do ramo pertinente e compatível com o objeto desta contratação, na qual sua proposta esteja em conformidade com as exigências desse instrumento e que estejam regulares e apresentem a devida legalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. Em conformidade com o disposto no Acórdão nº 7.213/2015 do TCU, 2ª Câmara, não serão aceitas propostas cujo valor seja superior ao valor máximo aceitável estabelecido em edital.

7. DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS INDISPENSÁVEIS À GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES):

As exigências de habilitação técnica previstas no edital visam assegurar que a futura contratada possua capacidade técnica, operacional e regularidade legal para a adequada prestação do serviço de seguro veicular da frota desta superintendência.

Ressalta-se que as exigências ora propostas não impõem ônus excessivo aos licitantes, uma vez que se restringem aos elementos estritamente necessários para garantir a segurança jurídica e técnica do contrato. A Administração considerou a realidade do mercado nacional, verificando que os critérios estabelecidos são amplamente atendidos por empresas do setor, assegurando a ampla competitividade do certame.

8. DA EXIGÊNCIA OU NÃO DE APRESENTAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL MÍNIMO:

As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, capital social mínimo de até 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf para a contratação. Isso visa demonstrar que a empresa vencedora possua "saúde" financeira para suportar os custos iniciais, garantindo a execução do objeto e reduzindo assim o risco de inadimplência para o cumprimento do objeto, sem restringir a competição. Importa salientar que esta exigência está em consonância com entendimento do TCU (Súmula TCU 275).

9. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

Não aplicável diretamente, por se tratar de serviço administrativo/financeiro sem impacto ambiental significativo. Os serviços a serem contratados são atividades que não comprometem a integridade dos ecossistemas.

10. DA NÃO EXCLUSIVIDADE E/OU COTA RESERVADA PARA ME/EPP: MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

Conforme leciona o Art. 10 (Decreto 8.538/2015) - Não se aplica o disposto nos art. 6º (exclusividade) ao art. 8º (cota reservada) quando:

[...] II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando: [...] I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou; II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios;

Desse modo, ainda que as ME's/EPP's possam competir livremente com outras empresas nos processos licitatórios da Administração Pública de maior valor, no caso em tela, como o valor referencial para contratação (**R\$ 126.837,40**) supera o limite estabelecido pelo Art. 48, inciso I da Lei Complementar 147/2014, não será dado a exclusividade de cota às ME's/EPP's.

11. PERMISSÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Não. Por se tratar de fornecimento de serviços comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

12. PERMISSÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de cooperativas, uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada.

13. PERMISSÃO PARA SUBCONTRATAÇÃO:

O entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) é consolidado no sentido de que a subcontratação é uma regra de exceção, permitida apenas quando demonstrada a sua viabilidade técnico-econômica e autorizada, não podendo ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que não dizem respeito às atividades fim da contratada, tendo em vista não ser possível fracionamento dos encargos/obrigações constantes neste termo de referência.

A contratação de seguros para frota é frequentemente classificada como prestação de serviços continuados, permitindo prorrogações, pois atende a uma necessidade permanente de proteção ao patrimônio público. Desse modo, pela necessidade de padronização da cobertura, o costume é a contratação de uma única seguradora para garantir a unificação dos serviços em uma única apólice, bem como a eficiência na gestão e fiscalização.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO (CAUÇÃO):

Não. As seguradoras são reguladas pela SUSEP, o que já confere uma garantia de idoneidade e estabilidade, diminuindo assim a necessidade de garantia contratual. Por outro lado, o seguro frota é considerado um serviço comum, com execução previsível, onde o risco de inadimplemento da prestação principal (emissão da apólice e cobertura) é baixo. Nesse caso, a ausência de seguro-garantia não trará prejuízos aos interesses da Administração.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

ANEXO II

PLANILHA AUXILIAR DE VEÍCULOS DA FROTA

ORDEM	PLACA	RENAVAM	CHASSI	MODELO	ANO/ MODELO	UNIDADE DE LOTAÇÃO	TIPO DE VEÍCULO
1.	NTS3440	00250771195	WF0DXXTAFATJ45359	I/FORD TRANSIT 350L BUS	2010/2010	XIQUE-XIQUE-BA	VAN PASSAGEIRO
2.	NZW2976	00466803680	8AFER13P0CJ000470	I/FORD RANGER XL 13P	2012/2011	XIQUE-XIQUE-BA	PICK-UP DIESEL
3.	OZQ1628	01027173915	93XSNKB8TFCE99172	MMC/L200 TRITON GLS D	2015/2014	XIQUE-XIQUE-BA	PICK-UP DIESEL
4.	RCP3H26	01228534290	93XSYKL1TLCL30174	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2020/2020	XIQUE-XIQUE-BA	PICK-UP DIESEL
5.	OKJ1778	00476525152	9BFZF54P0D8368539	FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2013/2012	GUANAMBI-BA	AUTOMÓVEL FLEX
6.	OLC7032	00525942190	9BWDB45U6DT240498	VW/NOVO VOYAGE 1.6	2013/2012	GUANAMBI-BA	AUTOMÓVEL FLEX
7.	OZC8974	01002291515	93XSNKB8TFCE90265	MMC/L200 TRITON GLS D	2015/2014	GUANAMBI-BA	PICK-UP DIESEL
8.	PJU7B15	01080485837	93XLNKB8THCG22014	MMC/L200 TRITON GL D	2017/2016	GUANAMBI-BA	PICK-UP DIESEL
9.	PKK4663	01116200276	93XLNKB8THCH30223	MMC/L200 TRITON GL D	2017/2017	GUANAMBI-BA	PICK-UP DIESEL
10.	RCP8A83	01228534060	93XSYKL1TLCL30184	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2020/2020	GUANAMBI-BA	PICK-UP DIESEL
11.	PLR6D00	01192162037	96BAB0521KG002764	R/PRESIDENTE TRA CARGA1	2019/2019	GUANAMBI-BA	REBOQUE
12.	PJF6287	01048755484	9BD578354F7900088	AT/STRADA TREK CD 1.6	2015/2014	IRECÉ-BA	PICK-UP FLEX
13.	PKJ3A92	01113037404	93XLNKB8THCH30388	MMC/L200 TRITON GL D	2017/2017	IRECÉ-BA	PICK-UP DIESEL
14.	PKW3797	01143488900	93XLNKB8TJCH34731	MMC/L200 TRITON GL D	2018/2017	IRECÉ-BA	PICK-UP DIESEL
15.	PLW4G91	01204104767	93XLJKL1TKCK20108	MMC/L200 TRITON SPT GL	2019/2019	IRECÉ-BA	PICK-UP DIESEL
16.	RCP0D99	01228533340	93XSYKL1TLCL30167	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2020/2020	IRECÉ-BA	PICK-UP DIESEL
17.	REH8I80	01244648253	93XLJKL1TMCL35216	MMC/L200 TRITON SPO GL	2021/2020	IRECÉ-BA	PICK-UP DIESEL
18.	RPF7A02	01304262399	93XSYKL1TPCN55612	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	2023/2022	IRECÉ-BA	PICK-UP DIESEL
19.	JGQ6I91	00531494144	WV1DB42H0DA026867	I/VW AMAROK CD 4X4 SE	2013/2012	SR - SEDE	PICK-UP DIESEL
20.	JLJ6743	00652189610	9BM688102SB076183	M.BENZ/709	1995/1995	SR - SEDE	CAMINHÃO
21.	NTJ9415	00213476240	93XGNK740ACA66795	MMC/L200 4X4 GL	2010/2010	SR - SEDE	PICK-UP DIESEL
22.	OLC1516	00525942491	9BWDB45U1DT249030	VW/NOVO VOYAGE 1.6	2013/2013	SR - SEDE	AUTOMÓVEL FLEX
23.	PKJ6I28	01113036920	93XLNKB8THCH30386	MMC/L200 TRITON GL D	2017/2017	SR - SEDE	PICK-UP DIESEL
24.	PKY1828	01147264772	93XLJKL1TJCJ08064	MMC/L200 TRITON SPT GL	2018/2018	SR - SEDE	PICK-UP DIESEL
25.	PKY2481	01147265094	93XLJKL1TJCJ08065	MMC/L200 TRITON SPT GL	2018/2018	SR - SEDE	PICK-UP DIESEL
26.	-	-	9BG156FK0TC437853	GM TRAILBLAZER LT D4A	2025/2025	SR - SEDE	SUV DIESEL
27.	-	-	9BG156FK0TC437872	GM. TRAILBLAZER LT D4A	2025/2025	SR - SEDE	SUV DIESEL
28.	PLO4E83	01185739316	93XLJKL1TKCJ19042	MMC/L200 TRITON SPT GL	2019/2018	SR - SEDE	PICK-UP DIESEL
29.	RCP1E03	01228534206	93XSYKL1TLCL29277	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2020/2020	SR - SEDE	PICK-UP DIESEL



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

30.	RCP9D64	01228807997	93XSYKL1TLCL30125	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2020/2020	SR – SEDE	PICK-UP DIESEL
31.	RCT8F58	01237636261	93XSYKL1TMCL32096	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	2021/2020	SR – SEDE	PICK-UP DIESEL
32.	RDB0B37	01257068587	93YMAFEXCNJ796554	RENAULT/MASTER L2H2 A6 P	2022/2021	SR – SEDE	VAN PASSAGEIRO
33.	RPF2E77	01304066565	93XSYKL1TPCN55635	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	2023/2022	SR – SEDE	PICK-UP DIESEL
34.	RPF6E11	01304065836	93XSYKL1TPCN54652	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	2023/2022	SR – SEDE	PICK-UP DIESEL
35.	RPI2C49	01320154996	93ZE2HMH0N8948304	IVECO/TECTOR 240E28	2022/2021	SR – SEDE	CAMINHÃO MUCK
36.	SJR1J95	01375218236	93XSYKL1TRCP78213	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2024/2023	SR – SEDE	PICK-UP DIESEL
37.	SJR2C87	01375215008	93XSYKL1TRCP78269	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2024/2023	SR – SEDE	PICK-UP DIESEL
38.	SJR8F02	01375221750	93XSYKL1TRCP78250	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2024/2023	SR – SEDE	PICK-UP DIESEL
39.	SJR9J25	01375212114	93XSYKL1TRCP78222	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2024/2023	SR – SEDE	PICK-UP DIESEL
40.	SJZ2E13	01394542590	9BG156FK0RC416401	CHEV/TRAILBLAZER LT D4A	2024/2023	SR – SEDE	PICK-UP DIESEL
41.	OKJ5420	00476530849	9BFZF54PXD8368533	FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2013/2012	BARREIRAS-BA	AUTOMÓVEL FLEX
42.	OLC4014	00525940480	WV1DB42H1DA007194	I/VW AMAROK CD 4X4 SE	2013/2012	BARREIRAS-BA	PICK-UP DIESEL
43.	OZS1645	01031924474	93XSNKB8TFCE01613	MMC/L200 TRITON GLS D	2015/2014	BARREIRAS-BA	PICK-UP DIESEL
44.	PKJ1F53	01113037196	93XLNKB8THCH30385	MMC/L200 TRITON GL D	2017/2017	BARREIRAS-BA	PICK-UP DIESEL
45.	RCP9A21	01228534575	93XSYKL1TLCL30178	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2020/2020	BARREIRAS-BA	PICK-UP DIESEL
46.	REH8I77	01244647621	93XLJKL1TMCL35218	MMC/L200 TRITON SPO GL	2021/2020	VIT. DA CONQUISTA-BA	PICK-UP DIESEL
47.	SJS2A75	01377014077	93XSYKL1TRCP74932	MMC/TRITON SPORT GLS AT	2024/2023	VIT. DA CONQUISTA-BA	PICK-UP DIESEL



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

ANEXO III

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS ORÇADOS

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS ORÇADOS						
Item	Código CATMAT	SEGURO VEICULAR	Und	Qtde	Preço Unitário estimado	Preço Total estimado
01	30127	Serviço de seguro total e assistência 24 (vinte e quatro) horas para a frota composta de 47 (quarenta e sete) veículos de propriedade da 2ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, CNPJ n.º 00.399.857/0014-40, situada em Bom Jesus da Lapa - Bahia e escritórios de representação nas cidades de Barreiras-BA, Guanambi-Ba, Irecê-Ba, Vitória da Conquista-Ba e Xique-Xique-Ba.	Un.	01	R\$ 126.837,41	R\$ 126.837,41
TOTAL GERAL ORÇADO						R\$ 126.837,41



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da Codevasf
Gerência Regional de Administração e Tecnologia

ANEXO IV

MATRIZ DE RISCOS
(Nos autos do processo)